



A CIDADE NOS PERTENCE!

Educação, Trabalho e Democracia
Direito não se reduz, se amplia!

**Caderno de
Formação**

1º Ciclo - Primavera

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P952 Primavera : a cidade nos pertence : educação, trabalho e democracia – Caderno de Formação / Secretaria Nacional de Formação. – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2016. 76 p. ; il. – (Projeto Formigueiro)

ISBN 978-85-89210-59-1

1. Central Única dos Trabalhadores. 2. Sindicalismo. 3. Movimentos sociais. 4. Direitos sociais. 5. Políticas públicas. 6. Democracia. 7. Formação popular. I. Caderno de Formação. II. Série.

CDU 338.1(81)

CDD 338.981

(Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho – CRB 08/9152)



Sumário

Apresentação		05
Encontro 1: Direito à Educação		07
Encontro 2: Direito à Saúde		27
Encontro 3: Direito ao Transporte Público/Coletivo		45
Encontro 4: Direito à Moradia		59

Apresentação

A Constituição Cidadã é nossa lei maior. Desde que ela foi proclamada em 1988, fruto de uma luta histórica do povo brasileiro, uma série de direitos fundamentais vem se consolidando no país. O direito à educação pública de qualidade, o direito a um sistema único e universal de saúde, o SUS, o direito à moradia, à liberdade de expressão, de se organizar em sindicatos e movimentos da sociedade civil, o direito à segurança alimentar, à seguridade social, o direito de ir e vir, de não ser discriminado/a, independentemente do pertencimento étnico-racial, da idade que se tem, da religião que se pratica, do sexo ou da região onde nasceu. Enfim, independentemente de nossa imensa diversidade, todos e todas devemos ter garantidos nossos direitos individuais, coletivos, políticos, econômicos, sociais e fundamentais.

Na conjuntura política atual, com um governo ilegítimo e um Congresso Nacional historicamente formado em sua maioria por homens brancos e ricos, sem compromisso com a diversidade, os direitos humanos, sociais e trabalhistas, todas essas conquistas de 1988 correm sérios riscos.

Num país como o nosso, onde todos os meios de comunicação pertencem a menos de dez famílias, a grande parcela do povo brasileiro não é informada sobre as ameaças e os ataques contra nossos direitos. Não conhece a história da luta que culminou na Constituição Cidadã, não domina os mecanismos de controle social para que possamos vigiar os Poderes que atacam as nossas conquistas.

Por isso, a Central Única dos Trabalhadores juntamente com vários movimentos sociais como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos) e a UNE (União Nacional dos Estudantes) desenvolveram um projeto de formação popular permanente, para que juntos/as possamos conhecer nossos direitos, lutar para ampliá-los e fazer o enfrentamento ao desmonte sem precedentes do Estado Brasileiro.



Apresentação

O Programa Formigueiro é organizado por Ciclos, compreendendo 4 encontros em cada estação do ano. A Estação Primavera do **Projeto Formigueiro** contará com quatro encontros para debatermos nossos direitos, a saber:

Encontro 01: **Direito à Educação**
(Educação para a Vida)

Encontro 02: **Direito à Saúde**
(Saúde Pública com qualidade para tod@s)

Encontro 03: **Direito ao Transporte Público/Coletivo**
(Desafio da mobilidade urbana)

Encontro 04: **Direito à Moradia**
(Esse é o meu Lugar)

Convidamos todos os movimentos sociais, sindicatos, formadores/as populares e instituições de defesa dos direitos humanos e sociais a se juntarem a nós nessa tarefa.

Direito não se reduz, se amplia!

Boa luta!

Encontro 1: Direito à Educação EducAÇÃO para a vida!

MOMENTO 1: Acolhida



Boas-vindas aos/às participantes ao som da canção **Trono de Estudar** de Dani Black¹.

Leitura do trecho do texto de Rubem Alves: **Gaiolas e asas.**

Reflexão sobre o texto e a canção.

(...) Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado. (...) Rubem Alves²

**Assinatura da lista de presença
'Com Trato'**

**MOMENTO 2:
Apresentação
dos/das
Participantes**



1 A letra desta canção se encontra na página 22.

2 Gaiolas ou Asas in: A arte do voo ou a busca da alegria de aprender. Porto: Edições Asa, 2004.



MOMENTO 3:

Vídeo: *Escolas Ocupadas*

Debate: Por que os/as estudantes ocupam escolas?



Leitura do texto: Direito à educação: *Conquistas, avanços e riscos de retrocessos na educação.*

Debate: O que conquistamos? O que podemos perder?

DIREITO À EDUCAÇÃO: CONQUISTAS, AVANÇOS E RISCOS DE RETROCESSOS

“Educação não é negócio, escola não é empresa, professor não é técnico, aluno não é mercadoria e conteúdo não é moeda de troca. Todo negócio pode trazer prejuízo, (..) uma empresa pode vir à falência, demitir seus funcionários e fechar as portas. Escola pública, jamais! Notas de um educador de J. Douglas Alves³

³ Uma breve reflexão retrospectiva da educação brasileira (1960-2000): implicações contemporâneas José SANTOS, Douglas A. dos, MELO, Aisha K. D. e LUCIMI, Marizete. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.23.pdf> Acesso: 19/08/2016.

1. A luta do povo brasileiro por uma educação pública de qualidade tem história

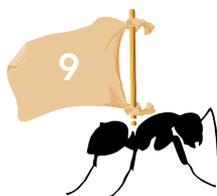
Houve um tempo que em nosso território viviam apenas os povos indígenas, centenas deles, e a educação dos meninos, meninas, adolescentes e jovens era feita por toda a comunidade. Havia diferenças entre um povo e outro, mas várias características em comum: não havia uma escola formal como a que conhecemos hoje e o aprendizado era feito por meio da observação e da prática, da tentativa e erro, dos/as mais velhos/as ensinando os/as mais novos/as.

Quando os primeiros invasores chegaram por volta de 1500 em nosso território, mudanças imensas ocorreram nas culturas dos povos originais. Os padres jesuítas introduziram as primeiras escolas com o objetivo de evangelizar os povos indígenas, para torná-los cristãos católicos. Os/as escravizados/as de origem africana que foram trazidos à força para o nosso território não tinham direito à escola, nem mesmo às dirigidas pelos jesuítas.

Durante todo o período colonial, assim como na época do Império (1822 a 1889) e grande parte da República, estudar era um privilégio para crianças brancas com posses. Meninos e meninas indígenas, escravizados/as ou negros/as libertos/as tinham pouco ou nenhum acesso à educação formal. Além disso, a escola pública era bastante excludente até mesmo com quem conseguia frequentá-la. O índice de reprovação era altíssimo.

Quando o Brasil deixou de ser colônia de Portugal em 1822, tornando-se uma monarquia, a Câmara dos Deputados proibiu que crianças nascidas escravizadas tivessem acesso à escola. Em alguns casos, até mesmo o/a libertado/a (escravizado/a que conseguia a alforria) era proibido/a de frequentar a escola pública e, mesmo os/as nascidos/as livres, muitas vezes não tinham condições materiais para estudar.

Mas a população negra sempre resistiu a essa exclusão, desenvolvendo uma série de estratégias para educar suas crianças: experiências educativas de alfabetização, educação nos quilombos, criação de escolas, clubes recreativos, associações, entidades religiosas ou beneficentes, grupos culturais, teatros amadores e imprensa. Assim, antes mesmo da abolição em 1888, em Campinas, então o maior centro produtor de café do país e que por isso concentrava um grande número de escravizados e de negros/as alforriados/as ou nascidos/as livres, a comunidade negra criou, em 1860, uma escola feminina chamada Colégio Perseverança para educar meninas negras. Em São Luís do Maranhão, a irmandade de São Benedito oferecia aulas públicas para negros em 1821. Em 1871, ano da aprovação da Lei do



Ventre Livre, na cidade de Campinas havia escolas públicas que passaram a aceitar filhos/as de escravizados/as, nascidos/as livres.

Esses exemplos mostram que os/as negros/as, a maioria de nossa população, sempre lutaram pelo acesso à educação. Algumas dessas estratégias permanecem até hoje, como os cursinhos populares da UNEAFRO, que visam preparar jovens de baixa renda para os vestibulares.

A luta do povo brasileiro pelo direito à educação pública e de qualidade tem história, e essa luta começou a surtir efeitos na década de 1960, quando o Brasil viveu um momento de grande expansão no número de vagas na educação básica.

Foi no governo de João Goulart (1961-1964) que viveríamos os maiores avanços já experimentados. Naquele período, vários grupos da sociedade civil - intelectuais, lideranças estudantis, sindicais, culturais e políticas - convergiram suas lutas para uma agenda popular e democrática, na tentativa de fazermos reformas de base capazes de promover alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que garantissem a superação do subdesenvolvimento e permitissem uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Goulart enfrentou a resistência do Congresso Nacional para implementar as reformas estruturais. O golpe civil-militar que derrubou o seu governo, democraticamente eleito, abortou esse momento de grandes esperanças e, mais uma vez, as reformas agrária, tributária, urbana e educacional não ocorreram no Brasil.



Foto: Paulo Pinto/Fotos Públicas (01/06/2015)

2. Os avanços da Constituição de 1988 e a LDB

Com o processo de redemocratização conseguimos aprovar em 1988 a Constituição Brasileira que consagrou o direito à educação pública, de qualidade e gratuita. Outros instrumentos legais foram aprovados para assegurar este direito, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que em síntese, garante que todos/as os/as cidadãos/ãs tenham oportunidades de acessar as instituições escolares e que nelas encontrem as condições propícias para concluir, na idade certa, seus ciclos escolares com níveis satisfatórios de aprendizagem.

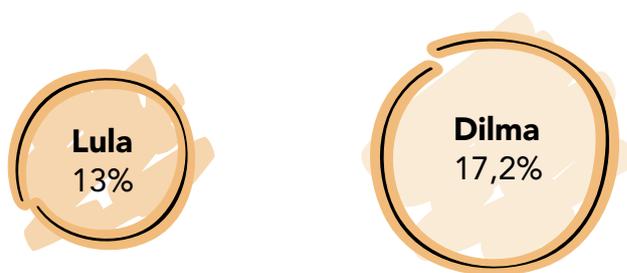
Garantir o direito à educação significa garantir que o ensino-aprendizagem nas escolas formais brasileiras seja significativo, dotado da qualidade que transforme a vida dos indivíduos, e que estes, por sua vez, sejam capazes de modificar positivamente a sociedade.

3. Os Investimentos e as políticas públicas nas últimas décadas

No final de 2015, entre 38 países analisados no relatório da OCDE⁴, o Brasil foi o terceiro que mais investiu em educação e o que mais cresceu na proporção do investimento público voltado para essa área. Chegamos a aplicar quase 20% do total do investimento público em educação ao ano.

Observe o gráfico:

Porcentagem do orçamento público investido em educação em 2005 e 2012



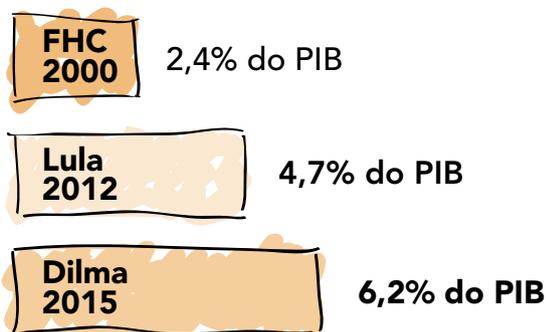
Fonte: Relatório OCDE
(Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), 2015

4 Education at a Glance 2015, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Disponível em <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/relatorio-internacional-aponta-avancos-na-educacaobrasileira>. Acesso: 16/09/2016.



Para você ter ideia do que isso representa ao longo do tempo, observe uma comparação de investimentos entre os governos de FHC e Dilma:

Porcentagem do PIB (Produto Interno Bruto) investido na educação de 2000 a 2015



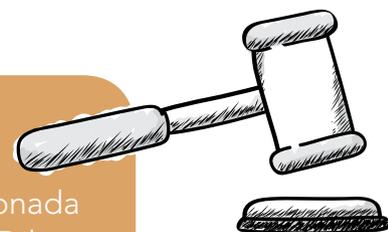
Em 2000 o Brasil ficou abaixo de investimentos dos países desenvolvidos que fazem parte da OCDE, como o Reino Unido, Canadá, Japão, Estados Unidos. Já em 2012 e 2015, o Brasil ficou bem acima da média dos países que compõem a OCDE. Como ainda temos muitas desigualdades, a meta do Brasil é investir 10% do PIB na educação até 2024, como foi estabelecida no PNE (Plano Nacional de Educação), aprovado no Congresso em 2014. Esses recursos necessários podem ser atingidos com o Fundo Social do pré-sal e a lei dos royalties.

Fundo social e a lei dos royalties

A **Lei 12.351/10⁵** que cria o **Fundo Social** foi sancionada pelo ex-presidente Lula e, em 2013, a presidenta Dilma sancionou a **Lei 12.858/13**, que destina os recursos dos royalties do pré-sal para Educação e Saúde.

No Brasil, desde 2012, vigora o regime de partilha de exploração do pré-sal, ou seja, o governo brasileiro por meio da Petrobras partilha a exploração com outras empresas, mas tem o controle sobre a exploração.

Royalties do pré-sal são o que as petroleiras pagam para o Estado Brasileiro pelo direito de explorar petróleo e gás: 15% do total da produção de petróleo e gás



5 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm>. Acesso: 16/09/2016.

explorados pelas empresas são pagos para o governo, que destina 75% desses recursos para educação e 25% para a saúde.

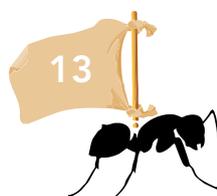
E o Fundo social? O que é e para que serve?

Ao longo de nossa história, o Brasil se tornou uma sociedade muito desigual tanto entre as pessoas como entre as regiões. A região Sul e Sudeste, por uma série de fatores, mas principalmente por escolhas políticas, geravam e recebiam mais recursos do Estado que as demais regiões. Isso ao longo do tempo criou uma grande disparidade entre as regiões brasileiras. Em relação às pessoas essa desigualdade também acontece. Aqui os/as ricos/as concentram a terra, os meios de comunicação, os meios de produção e até mesmo os recursos do Estado, que são os impostos recolhidos por todos nós. No Brasil quem mais paga impostos são os/as mais pobres, porque a maior parte de taxas e impostos são cobrados sobre produtos e serviços. Os ricos, que muitas vezes sonegam impostos, têm acesso a tudo do bom e do melhor, enquanto os pobres dependem de políticas públicas para ter acesso ao básico, como saúde e educação.

Por isso, o ex-presidente Lula criou o **Fundo Social**, vinculado à Presidência da República com a finalidade de reunir recursos para o desenvolvimento social e regional na forma de programas e projetos para combater a pobreza e gerar desenvolvimento investindo na educação, cultura, esporte, saúde pública, ciência e tecnologia, meio ambiente e mudanças climáticas. O fundo funciona como uma espécie de poupança do governo quando o petróleo diminuir; esses recursos continuariam a ajudar o desenvolvimento do país.

De 2003 a 2012, período de avaliação do relatório da OCDE, o Brasil cresceu também em qualidade dos recursos materiais e humanos mais que o dobro da média dos países analisados. Isso significou mais livros didáticos, paradidáticos e de literatura, computadores, programas, formação de professores/as etc.

A garantia dos recursos para a educação básica vem do FUNDEB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos



Profissionais da Educação, criado no governo Lula para substituir o FUNDEF. Por meio deste fundo destinado à educação básica, o governo federal garante que municípios e estados atendam todas as crianças e adolescentes (da creche ao ensino médio) matriculados em uma escola pública, seja no campo ou na cidade. Antes de Lula, o Fundef, criado pelo governo FHC, era restrito ao ensino fundamental. A complementação do governo federal para o FUNDEB saltou de 400 milhões em 2006 para mais de 12 bilhões este ano (2016). Esses recursos podem ser monitorados pela sociedade.⁶

O governo Lula contribuiu também para combater a desigualdade na educação criando um piso nacional para os/as professores/as, reconhecendo os/as funcionários/as das escolas como profissionais da educação, investindo em sua formação, assim como, ampliando a obrigatoriedade do Estado de garantir a gratuidade do ensino da educação infantil ao ensino médio (dos 4 aos 17 anos). Ampliou, ainda, os anos de estudos no Ensino fundamental, cujos efeitos positivos já puderam ser vistos no último Censo com o aumento de mais de 24% de crianças alfabetizadas em regiões com grande histórico de desigualdade como Nordeste.

Há ainda uma série de políticas para formação e profissionalização de todos/as os/as servidores/as que atuam nas escolas que contribuiu para criar planos de carreira tanto para o magistério como para os demais profissionais da educação.

No Ensino técnico e educação profissional temos a criação de quase 400 institutos federais, 20 novas universidades públicas, muitas delas no interior do país; políticas de apoio à pesquisa desde a graduação como o Ciências sem Fronteiras, que permitiram aos/às universitários/as fazerem intercâmbio no exterior ampliando desde os primeiros anos sua formação; políticas de incentivo à entrada e permanência na Universidade, políticas de financiamento dos alunos de baixa renda no ensino superior como Prouni e FIES, política de cotas etc.

Todos esses investimentos e políticas públicas resultaram em aumento da escolaridade e na diminuição do percentual de adultos/as que não têm ensino médio e, em menos de uma década, dobramos a quantidade de matrículas no ensino superior: em 2002



⁶ As informações são declaradas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), disponível no site do FNDE e podem ser acessadas no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao>>. Acesso: 25/08/2016.

tínhamos 3,5 milhões de estudantes universitários e em 2010 saltamos para 7,5 milhões. O que os dados e as estatísticas não mostram é como o aporte destes recursos impactaram na vida concreta de milhões de estudantes brasileiros, promovendo o acesso, a permanência e a inclusão à educação pública em todos os níveis de formação.

No campo dos conteúdos curriculares para uma educação humanista, plural, inclusiva, várias leis e políticas públicas foram criadas de 2003 a 2016. A primeira lei aprovada pelo ex-presidente Lula assim que assumiu seu primeiro mandato atendia a uma reivindicação histórica da população negra: a Lei 10639/03, modificada em 2008 com a 11.645/08, que tornou obrigatório nos currículos escolares o estudo da história e culturas africanas e afro-brasileira e depois da história e culturas indígenas.

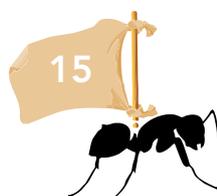
No MEC, uma Secretaria foi criada para desenvolver políticas educacionais inclusivas na última década. A partir de 2011, com o nome de SECADI⁷ e em articulação com os sistemas, de ensino ela implementou políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, indígena, quilombola e para as relações étnico-raciais.

Em 2014, a aprovação da Lei nº 13.005/14 do Plano Nacional de Educação (PNE) foi outro marco fundamental para as políticas públicas brasileiras na área da educação. Estabelecendo 20 metas para que municípios, estados, governo federal e a sociedade civil possam acompanhá-las com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade, dissolvendo as barreiras para o acesso e a permanência, reduzindo as desigualdades, promovendo os direitos humanos e garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania.

4. Os riscos de retrocesso na educação pública de qualidade com a ruptura democrática

A presidenta Dilma Rousseff foi retirada da Presidência da República por meio de um impeachment sem que ela tenha cometido qualquer crime de responsabilidade. Esse golpe político foi concretizado pela maioria que se formou no Congresso Nacional, foi articulado pelo próprio vice-presidente, Michel Temer, pelo ex-presidente da Câmara e deputado federal cassado Eduardo Cunha, e por partidos e setores sociais de

⁷ Criada em 2003 durante o governo Lula e a partir de 2011 incluindo a demanda da educação especial, a SECADI - Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade e Inclusão SECADI/MEC tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.



oposição ao Governo Dilma e ao projeto implantado nos últimos 13 anos. O golpe foi apoiado e viabilizado pelos grandes meios de comunicação, setores mais ricos da população e parte das instituições de repressão do Estado, além de tolerado pelo Judiciário que, do início ao fim, mesmo com o flagrante desvio de finalidade e a explícita ilegalidade do impeachment, nada fez, além de instigar o espetáculo midiático golpista.

O objetivo do Golpe não foi só interromper os quatro governos consecutivos do campo democrático e popular. Foi também redefinir a distribuição dos bens e recursos públicos e arbitrar quem ganha e quem perde com a crise econômica mundial e também no Brasil. Assim, para proteger os setores mais ricos da sociedade e colocar a conta da crise nas costas da classe trabalhadora, o projeto do golpe, como demonstrado explicitamente no documento "*Ponte para o Futuro*", elaborado pelo PMDB, quer: abrir mais a economia aos mercados internacionais, com foco nos EUA e União Europeia; reduzir os custos da produção por meio de arrocho salarial e flexibilização da legislação trabalhista, retirando direitos conquistados; deslocar os recursos das políticas sociais para o pagamento da dívida, remuneração dos rentistas e para o "ajuste fiscal"; reduzir a ação do Estado, na economia e nos serviços, e promover amplo programa de privatizações e parcerias com o setor privado.

Um projeto assim nunca venceria eleições livres e diretas, tanto é que vem perdendo eleições desde 2002. Por isso foi necessário um golpe para, sem o voto popular, colocar à frente do Executivo um grupo político que, junto com o Congresso, possa implementar este projeto antipopular.

Vimos no **Item 3** que na última década ocorreu uma melhora significativa nos indicadores educacionais, especialmente pelo aumento dos recursos destinados à educação e o implemento de políticas públicas voltadas para uma educação cidadã, inclusiva e de respeito às diferenças. No entanto, ainda temos grande desigualdade social, resultado de uma longa história de exclusão desde o período em que éramos colônia de Portugal, como vimos no **Item 1**.

O governo ilegítimo de Temer vem na contramão do processo de universalização dos serviços públicos essenciais garantidos na Constituição e que foram postos em curso nos governos de Lula e Dilma. A ruptura do desenvolvimento social e do combate às desigualdades históricas não é apenas na área da Educação, é também na Saúde e outros setores. O golpe interrompeu ou diminuiu várias outras políticas inclusivas no campo e na cidade.

A Constituição Federal de 1946 já vinculava a arrecadação de impostos à educação; a de 1988, manteve essa obrigação e ampliou o montante: ela

obriga o governo federal, estados e municípios a aplicar no mínimo 25% do que recolhe de impostos, assim como obriga o governo federal a investir no mínimo 15% de sua receita líquida anual. O governo ilegítimo de Temer encaminhou para o Congresso uma proposta para mudar os artigos que tratam desta obrigatoriedade. Trata-se da proposta de emenda constitucional- PEC 241/16 que pretende mudar a Constituição, desvinculando do Orçamento da União as obrigatoriedades de investimento na Saúde e Educação. Se for aprovada, os avanços e conquistas sociais do povo brasileiro, especialmente nessas áreas, retrocederão a limites sem precedentes na história.

A simulação abaixo nos dá uma ideia das perdas na educação:

em bilhões

Ano/Total	IPCA (%)	Orçamento MEC efetivo (com base na receita de impostos)	Orçamento MEC estimado pela PEC 241 (com base no IPCA/IBGE)	Diferença Crescimento Efetivo MEC e PEC 241 (%)
2007	4,4572	R\$ 26.401.103,50	R\$ 26.401.103,50	-
2008	5,9023	R\$ 31.714,041,60	R\$ 27.578.117,50	-13,0113
2009	4,3120	R\$ 40.524634,50	R\$ 29.205.860,73	-27,9306
2010	5,9090	R\$ 50.903,730,80	R\$ 30.465.217,44	-40,1513
2011	6,5031	R\$ 63.707.154,40	R\$ 32.265,407,14	-49,3536
2012	5,8386	R\$ 74.280.373,40	R\$ 34.363.658,83	-53,7379
2013	5,9108	R\$ 81.286.804,80	R\$ 36.370.015,41	-55,2572
2014	6,4076	R\$ 94.490.611,50	R\$ 38.519.774,29	-59,2343
2015	10,6735	R\$ 103.363.287,00	R\$ 40.987.967,34	-60,3457
2016	7,0000	R\$ 99.788.884,70	R\$ 45.362.818,04	-54,5412
Totais	83,8474	R\$ 666.460.626,20	R\$ 341.519.940,20	-48,7562

* Estimativa

Fonte: Orçamento MEC com base na LOA: Ministério do Planejamento - site: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2016/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2016

Em outras palavras, se a proposta de Temer vencer, nos próximos 20 anos não haverá ampliação do investimento na Saúde, Educação e outras áreas



sociais, além da reposição da inflação e se a receita anual ficar abaixo da inflação, os salários dos servidores públicos e os investimentos na área social ficarão congelados. Isso significa que enterraremos o Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 e, além de não conseguirmos investir 10% do PIB na Educação como previsto no PNE, os investimentos atuais serão reduzidos. É um arrocho fiscal que não ocorreu nem nos tempos do auge do neoliberalismo do governo FHC. Em síntese: menos escolas, institutos técnicos e as que existem sem expansão e manutenção, menos servidores públicos, pois os concursos ficam suspensos, menos material didático e outros recursos, cortes nas bolsas de pesquisa científica no ensino superior, fim da expansão das universidades públicas, congelamento dos planos de carreira do magistério e dos profissionais da educação entre outras perdas.

Todo este retrocesso que quer reduzir os investimentos em serviços públicos essenciais como saúde e educação aos níveis dos países mais pobres não recebeu o referendo das urnas.

Não podemos permitir que o golpe faça nossos direitos à educação pública e de qualidade retroceda cinquenta anos!



Foto: Roberto Parizotti/CUT (23/11/2015)



Foto: Rovena Rosa/Fotos Públicas (03/12/2015)

5. Já tem luta! Ocupar, resistir, as ações dos/das estudantes secundaristas

A ocupação das escolas públicas em 2015 foi a reação política dos estudantes contra o governador Geraldo Alkmin e seu projeto chamado 'reorganização escolar' que na prática, resultou no fechamento de centenas de escolas em todo o estado de São Paulo.

Centenas de estudantes, por meio das ocupações, transformaram as escolas em espaço político de defesa da educação pública. Ao se insurgir contra a arbitrariedade e a exclusão, os jovens se tornaram sujeitos políticos e deram visibilidade para o abandono, descaso e desmonte das instituições de ensino no Estado. Rapidamente este movimento se espalhou para Goiás e Rio de Janeiro, estados que já vinham transferindo sua responsabilidade para organizações sociais (OS), uma forma indireta de privatização e precarização do ensino.

A luta dos/das estudantes ganhou o noticiário e teve projeção internacional como um movimento de resistência da juventude em defesa da escola pública, democrática, participativa, horizontal, numa perspectiva emancipatória dando voz àqueles que de fato são os sujeitos de direito da escola.

A autonomia da escola, prevista na Constituição e na LDB, foi exercida nas ocupações com aulas abertas, arte, política, atividades lúdicas, o envolvimento da comunidade, o apoio de pais e mães e a participação de diferentes movimentos sociais, tornando as escolas palco de um intenso debate sobre o potencial transformador e agregador deste espaço, contestando o modelo

de educação bancária, autoritária e centrada na figura do/da professor/a. Foi uma experiência pedagógica libertadora, transformadora e que forjou novas lideranças que encontraram sua voz em pleno exercício de negociação e disputa.

No final de 2015 a luta dos/das estudantes conseguiu sua primeira vitória: o Ministério Público e a Justiça obrigaram o governador Alckmin a recuar e parar a 'reorganização', abrir audiências públicas e discutir com a comunidade. Esta foi a primeira derrota tucana em mais de 20 anos de governo do PSDB em São Paulo.

No entanto, iniciado 2016, o processo de fechamento de escolas prosseguiu e as ocupações também. O governo do estado, por meio da Segurança Pública, age com extrema violência para impedir as ocupações e tem reprimido as manifestações estudantis com ferocidade e intolerância. Usa a força onde os/as estudantes buscam diálogo e negociação.

Apesar desta truculenta e autoritária contenção do movimento, os/as estudantes seguem mobilizados/as e em luta por uma escola pública de qualidade, democrática.



Foto: Rovena Rosa/Fotos Públicas (03/12/2015)

MOMENTO 4:



Reflexão sobre a leitura e a realidade atual:

O que dizem as leis? Elas estão sendo cumpridas pelos governantes? Sim, não, quais? Há diferenças entre os governos? Quais?

Sistematização coletiva e construção de síntese:

Quais os principais impactos do golpe de Estado para os direitos à educação pública e de qualidade?

Quais os principais desafios, diante dessa conjuntura, para nós (lideranças sociais/sindicais/populares)?

Como contribuir para a conscientização política nas eleições?

MOMENTO 5: Avaliação



MOMENTO 6:



Data do próximo encontro:

Agenda de ações no intervalo entre o primeiro e segundo encontro

Audição da Música "8" de Emicida



Letras das canções deste Encontro

Trono de Estudar

Dani Black

Lançada no Youtube, 2015

Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá

E nem me colocando numa jaula porque sala de aula
Essa jaula vai virar

A vida deu os muitos anos de estrutura do humano
À procura do que Deus não respondeu
Deu a história, a ciência, a arquitetura
Deu a arte e deu a cura e a cultura pra quem leu

Depois de tudo até chegar neste momento
Me negar conhecimento é me negar o que é meu
Não venha agora fazer furo em meu futuro,
Me trancar num quarto escuro e fingir que me esqueceu
Vocês vão ter que acostumar porque...

Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá

E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula
Essa jaula vai virar

E tem que honrar e se orgulhar do trono mesmo
E perder o sono mesmo para lutar pelo que é seu
Que neste trono todo ser humano é rei
Seja preto, branco, gay, rico, pobre, santo, ateu
Pra ter escolha tem que ter escola
Ninguém quer esmola, isto ninguém pode negar

Nem a lei, nem estado, nem turista
Nem palácio, nem artista, nem Polícia Militar

Vocês vão ter que me engolir, se entregar
Porque ninguém tira o trono do estudar

“8”

Emicida

(Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa...)

SONY/BMG (CDS) 2015

Tipo central do Brasil, eu vou sozin'
O espaço é o que faz o caminho
Louvou pixaim, axé Ossaim
A trilha dos outro vai só até onde os outro já foi
De oreia seca à oreia quente
Saudade de passar batido, tipo a morte dos inocente
Cabeça fria, coração fervente
É, a trinta ano todo ano é ano da serpente
Não era amor, era cilada
As voz que não era nóiz levou multidão por nada
O fardo é foda, não é conta de fada
Combinação explosiva, mente subversiva
Mas cor de madrugada, terra do 'alise, tinge'
Finge que segregação é ficção tipo Fringe
Assim rancaram o nariz da esfinge
Maluco, cabo essa porra de "o que vem de baixo não te atinge"
Truco!

(Entre o sucesso e a lama)
(Pertengo aqui que loucura)
(Entre o sucesso e a lama)
(Pobre ficou com a sorte)
(Entre o sucesso e a lama)
(O preto vê mil chances de morrer)
(Entre o sucesso e a lama)
(Quem não se acostumar com sistema enfrenta eles)

Se pã, meninos perdidos, Peter Pan
No tempo de consumo absurdo ninguém é de ninguém
Todo mundo quer tudo
Gente, cês ainda são um Auto do Gil Vicente
Na matilha os lobo chega, uiva
Queda da Bastilha, o sangue brilha igual o pelo das ruiva
Na falta de Machado de Assis, de Xangô
Vai sobrar martelo de juiz, de doutor
A tristeza deforma os rosto aqui
Aqui, entre o que não te deixa sonhar
E que não te deixa dormir
Cicatriz, Doctor Doom, gibi
Criei meu mundo tipo Rafael Draccon e sumi
Nóiz nunca entendeu essa história manca
Sangue índio, suor preto e as igreja branca
Jogando na retranca querendo que os menó respeita
Os professô que polícia espanca

(Entre o sucesso e a lama)
(Pertenço aqui que loucura)
(Entre o sucesso e a lama)
(Pobre ficou com a sorte)
(Entre o sucesso e a lama)
(O preto vê mil chances de morrer)
(Entre o sucesso e a lama)
(Quem não se acostumar com sistema enfrenta eles)

Salve quebrada, século XXI chegamos, mas quem diria? Na era da informação a burrice dando as carta, a ignorância dando as carta. Vamo buscar se informar, mano. Calma o jogo, entender o que tá acontecendo ao nosso redor, tá ligado, mano? Unido a gente fica em pé, nunca se esqueça disso, entendeu? A rua é nóiz!

Encontro 2: Direito à Saúde

Saúde pública com qualidade para tod@s

MOMENTO 1: Acolhida



Audição da canção: **“O que é o que é”** de Gonzaguinha.

O que é saúde para você? O que é necessário para uma vida saudável?

MOMENTO 2: Apresentação dos/das participantes, assinatura da lista de presença, 'Com Trato'



Sinopse do filme e os objetivos da atividade

Dica: Anote os pontos importantes que você queira trazer para o debate e a reflexão!

MOMENTO 3: FILME - A luta pela saúde no Brasil e a Construção do SUS



Pontos para reflexão:

A saúde é mercadoria ou um direito?

Como era no passado, antes do SUS? E o acesso aos serviços e à assistência?

Quais são os interesses dos setores privados que disputam a saúde (Planos de Saúde, Hospitais Privados, indústria de medicamentos e equipamentos, OS, etc.)?

Quem construiu o SUS? Você conhece ou participou da luta popular pela saúde?

Debate: O SUS que temos e o SUS que queremos

Filme: Qual a abrangência do SUS?





MOMENTO 4:
Abrangência e
Universalidade
do SUS



MOMENTO 5:

Pontos para reflexão: Você conhece os serviços de saúde disponíveis no seu bairro? Você é um/uma usuário/a da atenção básica? Quais serviços do SUS você usa? Na sua região tem disponíveis serviços de saúde mental? E Hospitais de urgência e emergência?

Leitura: O Golpe na saúde dos/das brasileiros/as

Debate: Quais os riscos que corremos na Saúde com a ruptura da democracia?

Sistematização em grupo orientada pelo roteiro:

Como era o atendimento antes do SUS e pós-SUS. O que significa a PEC 241 para o SUS? O que significa para nossas vidas o congelamento dos recursos da saúde, os impactos na redução de serviços públicos no setor, a demissão de trabalhadores/as da área? A qualidade dos serviços de modo geral? Será que os planos de saúde privados fornecerão os serviços que temos no SUS? Por que de acordo com o autor Mais Planos é Menos SUS? Apontem quais são os impactos concretos em nossas vidas com as mudanças assinaladas pelo governo ilegítimo?

O GOLPE NA SAÚDE DOS BRASILEIROS

Por Hêider Pinto, especial para o Projeto Formigueiro*

1. O Projeto Golpista é fazer a saúde deixar de ser direito para voltar a ser mercadoria

Neste texto, sintetizaremos os principais pontos de retrocesso, já em marcha ou anunciados pelo governo ilegítimo de Temer em relação às conquistas e direitos sociais no campo da saúde.

O que pode resumir o projeto do Golpe para a saúde é a intenção de fazer com que aquilo que a população brasileira lutou e conquistou na Constituição de 1988, a saúde como “**direito de todos e dever do Estado**”, volte a ser o que era antes: um produto comercializado no mercado cuja maioria só tem acesso caso possa pagar por isso.

Antes de 1988, só tinha acesso gratuito aos serviços públicos de saúde os/as trabalhadores/as com carteira assinada. Eram os tempos do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). A parcela da população

mais pobre contava apenas com os hospitais universitários e filantrópicos ou morriam por problemas simples por não ter recursos para pagar pela sua saúde. O/A cidadão/ã tinha que ter plano de saúde, pago por ele/ela ou pela empresa, ou pagar diretamente a consulta, exame, cirurgia, internação etc.

O projeto do Golpe não é voltar ao que havia antes de nossa Constituição, mas é mudar significativamente o que temos hoje. Os documentos "*Ponte para o Futuro*" e "*Travessia Social*", que detalham o plano do governo ilegítimo na área social, afirmam que as políticas sociais deveriam focar somente nos 40% mais pobres da população. Os demais 60%, chamados no documento de "parcela mais rica", mas que inclui quem tem remuneração per capita de R\$ 600,00 mensais, deveriam se inserir no mercado de trabalho e adquirir com recursos próprios no mercado os serviços que precisassem, incluindo os de saúde.

Hoje, menos de 25% da população brasileira tem plano de saúde. E entre esta parcela, boa parte dos custos dos planos é paga pelas empresas como 'benefícios' a seus/suas funcionários/as. É importante destacar que, mesmo tendo plano, mais da metade dessas pessoas precisaram ser atendidas em um serviço de saúde do SUS nos últimos seis meses, segundo pesquisas do próprio Ministério da Saúde. Isso acontece porque mesmo os planos de saúde de alto padrão não atendem procedimentos muito caros e que requerem longo tempo de internação. O SUS garante isso e de graça. O projeto do golpe é ampliar o número de pessoas que pagam pela saúde. A meta é chegar a 60%. Mas como fazer isso num momento de crise no qual as empresas estão demitindo, o preço dos planos aumentando e a população está com menos poder de compra?



Foto: Arison Jardim/Fotos Públicas (02/03/2016)

De um lado, seria necessário piorar o atendimento no SUS e aumentar as filas e tempos de espera. De outro, promover uma redução artificial do preço dos planos de saúde. Aí está o sentido da criticada proposta de “*planos populares de saúde*” ou “*planos de saúde acessíveis*” presente na fala do atual ministro da saúde. Na verdade, o que se quer é alterar a legislação, as normas e a fiscalização dos planos privados de saúde para que, em vez deles garantirem um conjunto mínimo de procedimentos só sejam obrigados a oferecer um conjunto limitado de procedimentos, mesmo que neles não tivessem incluídos aqueles necessários para tratar o/a beneficiário/a do plano. Sim, é um absurdo!

Podemos dar exemplos do que seria na prática esse plano precário. A pessoa precisou ser internada 30 dias, o plano só paga uma semana. Precisou de uma consulta com o cardiologista clínico e precisará de outras duas com o cardiologista intervencionista e o cirurgião cardíaco, mas o plano só paga a primeira consulta e não pagará as outras duas e muito menos a cirurgia necessária para tratá-la. Ou seja, na hora que a pessoa mais precisar o plano não a socorrerá e ela terá que voltar para um SUS sem financiamento, com menos serviços de saúde e muito menos profissionais, com as filas de espera aumentadas. E outro agravante, para o fim da fila, pois essa pessoa não estava se tratando no sistema público.

Por tudo isso, esse plano de saúde ‘acessível’ é uma enganação: a pessoa paga um plano, mas não recebe o que precisa. Assim, ou terá que pagar quando ficar doente ou terá que se socorrer num SUS precarizado, sem investimentos. Além disso, é grande o risco de as empresas quererem só contratarem para seus/suas empregados/as os planos precários. “É este ou nenhum”, poderiam dizer nas negociações a trabalhadores/as cada vez mais ameaçados/as pelo desemprego.



Foto: Jaelson Lucas/ Fotos Públicas (05/08/2015)



Foto: Karina Zambrana/ Fotos Públicas (01/12/2015)



Foto: Valdecir Galor/Fotos Públicas (09/06/2016)

Em síntese, o documento “Ponte para o Futuro” repete várias vezes que a proposta é “privatizar tudo o que for possível”. No caso da saúde, a proposta é promover uma múltipla privatização. Ou seja, privatizar: unidades de saúde, hospitais, laboratórios etc. O mecanismo seria o das terceirizações, em especial, para as Organizações Sociais, Parcerias Público-Privado ou empresas. Neste caso os serviços seguem atendendo ao público gratuitamente, mas quem presta o serviço é um agente privado. Isso representaria estagnação ou redução de servidores e empregados públicos. Há ainda a possibilidade da prefeitura, estado ou União abrir mão definitivamente dos serviços de saúde e repassá-los à iniciativa privada (privatização clássica). Neste último caso, o/a cidadão/ã não teria mais direito a usá-lo gratuitamente.

Algumas dessas ações privatistas já vêm ocorrendo em estados onde os governadores não têm compromisso com a saúde pública. Quem já usou o Pronto Atendimento do Hospital das Clínicas, na cidade de São Paulo, pelo SUS, sabe o que isso significa: idosos/as com traumas, amputados/as, diabéticos/as esperam meses em macas nos corredores de um PA em obras enquanto leitos de um hospital antes inteiramente público são usados por planos privados. Em síntese, a precarização e privatização do SUS resultam em maior tempo de espera e de fila, maior oferta de leitos para pacientes que pagam planos de alto padrão (os mesmos leitos que teriam direito gratuitamente pelo SUS) e para pacientes que usam o SUS menos leitos disponíveis. Assim, um hospital com 500 leitos numa cidade com 500 mil habitantes, por exemplo, poderia deixar metade de seus leitos, 250, para uso exclusivo de um plano de saúde. O Estado, portanto, reduziria seu investimento em saúde. O plano entra, mas ao contrário do que prega o Ministério, o recurso real não aumentou, são os mesmos 500 leitos e ao invés de um leito para cada mil habitantes, seria um para cada dois mil.

Privatizar os custos com a saúde: ao invés de o Estado brasileiro custear os serviços necessários para cuidar da saúde das pessoas, que hoje é um direito de cidadania previsto na Constituição, com o progressivo desmonte do SUS, cada vez mais pessoas teriam que pagar pela sua

saúde. Mesmo tendo que comprometer grande parte de sua renda com isso. A responsabilidade pelo gasto passaria a ser de cada pessoa e não do Estado redistribuindo o que arrecada de impostos.

2. Menos SUS: o governo ilegítimo já começou a desmontar o SUS neste ano

Os documentos *"Ponte para o Futuro"* foi explícito em dizer que deveria se *"acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas"* para a saúde e educação e *"estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei"*. E, de fato, a *Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/16* enviada ao Congresso pelo governo ilegítimo que congela os gastos sociais por 20 anos e, na saúde, instaurará a maior crise do SUS desde sua criação.

A PEC limita o aumento do gasto no máximo à variação da inflação. Para se ter uma ideia do que isso significa: se essa regra viesse sendo aplicada desde 2003 os recursos federais do SUS seriam hoje 56% do valor atual. Ou seja, praticamente a metade. Então teríamos um SUS com a metade de médicos, de enfermeiros, agentes comunitários de saúde e demais profissionais, com a metade de hospitais e leitos, a metade de unidades de saúde, de medicamentos etc.

Muitos dos avanços que tivemos nos governos Lula e Dilma como a *Farmácia Popular*, o *SAMU*, o *Mais Médicos*, *O Brasil Sorridente*, a atenção domiciliar do *Melhor em Casa*, as *UPAS*, o internacionalmente elogiado *Programa de Vacinação* e *Programa de combate à Aids*, etc. poderiam ser reduzidos à metade ou mesmo serem desativados. O ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirma que se a PEC 241 for aprovada Temer implantará a barbárie social no país, em suas palavras: *"Se essa regra tivesse sido aplicada há 20 anos, não teríamos o programa nacional de imunizações que é o maior do mundo, não teríamos o programa de prevenção à AIDS que é um dos mais respeitados do mundo, não seríamos o segundo maior país em transplantes de órgãos, não teríamos os 100 milhões de brasileiros cobertos pelo Programa de Saúde da Família e o impacto, dando só um exemplo, da redução dramática da mortalidade infantil (...)"*

O efeito concreto para as pessoas é o fechamento de serviços de saúde: postos de saúde, emergências no hospital, unidades de pronto atendimento (UPAs e Prontos Socorros), Centros de atenção psicossocial (CAPS) etc. É ir ao posto de saúde e descobrir que o médico do *Mais Médicos* foi embora. Não receber visita do/da agente comunitário/a e descobrir que ele/ela foi demitido/a. Contrair dengue ou zika e ficar sabendo que há seis meses não tem mais agente de endemias visitando as casas do bairro. Ir à farmácia na unidade



Foto: José Cruz/Fotos Públicas (01/12/2015)

de saúde e não encontrar remédio ou na farmácia do bairro e descobrir que cancelaram o convênio com a Farmácia Popular. Pegar uma “guia” de exame e ficar seis meses na fila para realizá-lo.

Já em 2016, com os contingenciamentos que vigoram atualmente e a decisão de não remanejar novos recursos para a saúde, o SUS poderá ter um déficit de 10 a 15 bilhões de reais nos repasses que o governo federal deveria fazer aos municípios e estados. Para se ter ideia da gravidade da situação, nos meses de novembro e dezembro não terá dinheiro para pagar o funcionamento dos serviços, os salários dos trabalhadores e os medicamentos. Ou seja, depois das eleições municipais o quadro esperado é de muita demissão e fechamento de serviços.

A saúde será a primeira área na qual ficará claro, para toda a população, em especial a mais pobre e vulnerável, os efeitos do golpe. Daí a importância de denunciarmos este desmonte e de lutarmos pela saúde como uma das nossas prioridades de ação.

Para os próximos anos a situação é ainda mais grave. O valor que já é deficitário e provoca crise em 2016 ficaria congelado, sem aumento real, pelos próximos 20 anos. Se com a PEC 01/2015 que está no Congresso, e que tinha aprovação do governo da Presidenta Dilma, o SUS até 2021 teria 30 bilhões de reais a mais, com a PEC 241 ele terá 20 bilhões a menos por ano. Ou seja, o golpe está arrancando 50 bilhões anuais que o SUS teria se ele não tivesse acontecido (vale lembrar que o orçamento inteiro do Ministério da Saúde é de 100 bilhões de reais anuais).

A situação ficará pior a cada ano, porque os recursos serão os mesmos para cuidar dos/as que ainda vão nascer e, no caso do Brasil, para cuidar de uma população idosa em maior número, já que os avanços sociais e tecnológicos que tivemos resultaram no aumento da média de vida da população. Este quadro exige maiores investimentos na Saúde, pois são necessários mais recursos para cuidar dos/as idosos/as do que de populações mais jovens.

O objetivo do governo ilegítimo é reduzir o tamanho do SUS e ter menos serviços e menos servidores, portanto, um SUS de pior qualidade, com mais demora de atendimento e com muito mais gente não conseguindo ser atendida. Quem tem algum dinheiro seria obrigado a comprar um plano de saúde precário, porque o que presta os serviços que o SUS presta de graça não caberia na conta no fim do mês. Quem não pode pagar um ou outro e que não tem como benefício em suas negociações coletivas, infelizmente, poderia morrer numa fila de espera.

3. Por que “Menos SUS” é igual a “Mais Planos” e “Mais Planos” é igual a “Menos SUS”?

Como vimos, a conta do governo ilegítimo atuando contra o conjunto da população e em favor daqueles que lucram com a doença de nossa gente é simples: menos SUS para ter menos gente usando o SUS e mais gente tendo que comprar planos de saúde. Se hoje 25% tem plano e 75% não tem, a ideia é inverter isso e fazer a conta virar 40% sem planos e 60% com.



Foto: Luciano Lanes / Fotos Públicas (20/04/2015)



Foto: Tomaz Silva/Fotos Públicas (08/06/2016)

O Ministério tem dito que isso economizaria recursos no SUS e que melhoraria a atenção à saúde. Uma breve análise mostra que se trata de mais um engodo.

Em primeiro lugar, hoje, mesmo com planos obrigados a cumprir o mínimo exigido pela legislação, metade das pessoas que os têm, utilizam os serviços assistenciais do SUS: postos de saúde, urgências, SAMU etc., boa parte da população usa a vacinação e 100% se beneficiam dos serviços de vigilância em saúde.

Os planos precários oferecerão serviços de baixa e média complexidade que são mais baratos e cujo pagamento antecipado, do/da trabalhador/a ou da empresa, compensa o gasto do plano. A assistência e os procedimentos mais caros eles não irão cobrir (como não cobrem na atualidade). É por isso que os planos populares conseguem ser mais baratos, porque a universalidade do SUS permite que esses/as usuários/as recebam atendimentos de alta complexidade, justamente naquilo que é mais caro e o plano não quer cobrir.

Em segundo lugar, há a renúncia fiscal que permite que os consumidores de plano de saúde abatem no imposto de renda os gastos de saúde. Hoje isso representa uma perda aos cofres públicos de aproximadamente 15 bilhões de reais por ano: prejuízo para a população e lucro para as empresas de planos de saúde. Mais pessoas com planos, mais renúncia fiscal, menos recursos para o SUS. No Brasil temos uma lógica invertida: os 25% que têm mais, abatem o gasto do pagamento do imposto de renda retirando recursos públicos que deveriam ser usados para cuidar de todos, em especial, dos 75% que só podem contar com o SUS. Nesta lógica proposta a desigualdade crescerá ainda mais.

Em terceiro, a qualidade pioraria tanto no sistema público quanto no sistema privado. No público porque teria menos recursos, menos serviços e menos



profissionais e a mesma quantidade de gente tendo que usar o sistema, porque, a menos que se mude a Constituição, todos seguirão tendo direito a usar o SUS. Na saúde suplementar haveria muito mais gente só que sem haver expansão correspondente dos serviços. O Brasil tem uma quantidade insuficiente de médicos e mal distribuída, o que dificulta a expansão significativa dos serviços e o atendimento de quem vive fora dos grandes centros ou nas periferias dos grandes centros. Esse quadro de desigualdade deu origem ao programa do governo Dilma chamado *Mais Médicos*. Ele serviu para expandir a atenção básica, pois nos últimos anos a saúde suplementar pouco expandiu seus serviços. O projeto do governo ilegítimo é que os planos baratos absorvam parcela de atendimento feita pelo SUS, portanto, assim como nos últimos anos, quando aumentou o tempo de espera e as reclamações com relação aos planos, a tendência seria isso aumentar mais ainda.

4. O desmonte do principal Programa da área da saúde do governo Dilma, o *Mais Médicos*

As propostas e ações do governo ilegítimo de Temer são o maior ataque que o SUS já sofreu desde que foi conquistado pelas lutas sociais no processo de redemocratização do país nos anos de 1970 e 80. E isso acontece justamente num momento de ruptura democrática no Brasil. Daí que o lema do *Movimento de Reforma Sanitária* dos anos 70 e 80 é mais atual do que nunca: *Saúde e Democracia*, indicando que, naquela época e agora novamente, para ter Saúde é necessário lutar pela Democracia e para ter Democracia é central a luta da saúde.

O Governo Dilma fez um importante investimento na Atenção Básica à Saúde, que é o nível do sistema de saúde que consegue resolver ali mesmo, na unidade básica de saúde, o problema de saúde de oito em cada dez pessoas que procuram atendimento. Os países do mundo que apresentam os melhores resultados em termos de custo-efetividade do sistema de saúde fizeram fortes investimentos na atenção básica.

De 2011 a 2014 o governo da presidenta Dilma dobrou os recursos da atenção básica no país, o investimento federal saiu de 10 bilhões de reais para mais de 20 bilhões anuais dedicados a esse segmento. Além disso, criou um programa para a melhoria da qualidade e outro de investimento em infraestrutura responsável pela realização de 26 mil obras em cinco mil municípios sendo que mais de 15 mil foram concluídas antes do afastamento da Presidenta.

Mas, com tudo isso, muitas unidades de saúde não tinham médicos porque o Brasil, historicamente, é um país com uma proporção pequena de médicos por habitante, aqui, antes do *Programa Mais Médicos*, existiam cerca de 17 médicos para cada 10 mil pessoas (a metade de países como Argentina, Uruguai, Espanha e Portugal) e, como dissemos, estão muito mal distribuídos.

Faltam ainda mais médicos nos locais em que a população mais precisa: a proporção é maior no setor privado que no SUS; maior nas capitais e grandes cidades que no interior; maior nos bairros mais ricos que nos mais pobres; maior nos hospitais que nas unidades básicas das comunidades; maior no Sudeste que no Norte e Nordeste.

Em 2013 foi criado o *Programa Mais Médicos* que até maio de 2016, mês do afastamento da Presidenta Dilma, contava com 18 mil médicos atuando em 4 mil municípios e atendendo 63 milhões de pessoas, justamente aquelas que não contavam antes com atendimento médico perto de suas casas. O Programa tinha 30% de médicos formados no Brasil e 70% de médicos formados fora do Brasil, sendo que 60% do total são de médicos cubanos que atuam por meio de uma cooperação internacional entre o Brasil e a *Organização Pan-Americana da Saúde* (OPAS). Pode-se dizer que os médicos brasileiros não quiseram ocupar 70% das vagas, pois conforme é previsto em sua lei, cada vaga do Programa é primeiramente oferecida a um/a médico/a brasileiro/a e só depois de nenhum/a querer ocupá-la é que é oferecida a um/a estrangeiro/a.

Em apenas 2 anos, o *Programa Mais Médicos* conseguiu fazer a cobertura de atenção básica aumentar mais que nos 7 anos anteriores; fazer o número de consultas, nos municípios participantes, aumentar mais que o dobro do aumento que ocorreu naqueles que não participam; reduzir numa proporção muito maior a taxa de pessoas que eram internadas nos hospitais por problemas que poderiam ser resolvidos na atenção básica; receber a nota média de 9 numa pesquisa que envolveu mais de 14 mil pessoas atendidas. Contudo, mesmo com todos esses resultados, ainda em maio, foi dito pelo Ministério da Saúde ilegítimo que a participação dos estrangeiros (70% do



Foto: Arison Jardim/Fotos Públicas (02/03/2016)

total de 18 mil médicos do Programa) seria reduzida. Depois de pressão imediata dos/as prefeitos/as pela continuidade do Programa, o governo, aparentemente, voltou atrás e manteve o programa. Mas, até quando e em que condições?

Em julho, Temer se declarou a favor da Medida Provisória 723/2016 publicada pela Presidenta Dilma que prorrogava por mais três anos a atuação de sete mil médicos que, sem ela, teriam de parar de atender a população nos municípios até janeiro de 2017. Contudo, o governo ilegítimo de Temer não fez esforço para votá-la e ela acabou tendo que ser prorrogada. Mesmo com a inércia desse governo ilegítimo, o Congresso conservador tem se recusado a ser responsabilizado como o “coveiro” do *Programa Mais Médicos* e a luta para aprovar a MP segue, em especial, por esforço dos parlamentares dos partidos de esquerda.

Para piorar ainda mais, o ministro ilegítimo, o engenheiro civil Ricardo Barros, declarou que não está decidido se continuará a cooperação com a OPAS, responsável pela atuação de 11,5 mil médicos cubanos no país que atendem quase 40 milhões de pessoas. Disse também que deverá acabar com o principal benefício concedido aos médicos brasileiros do Programa sem o qual, provavelmente, 2/3 de um total de quase 5.500 não participariam do *Mais Médicos*. E, por fim, disse que a responsabilidade por prover médicos para cuidar da atenção básica à saúde das pessoas não era do governo federal e sim dos municípios. Ou seja, o *Mais Médicos*, segundo o engenheiro Barros, não deveria nem existir como Programa do Ministério da Saúde.

6- Outros retrocessos

Pela composição conservadora, atrasada, machista, autoritária e privatista do governo ilegítimo como um todo e na saúde em especial, muitos outros



Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/ Fotos Públicas (11/01/2014)



Foto: Cristine Rochol/Fotos Públicas (14/01/2016)

retrocessos já estão anunciados ou já começaram a acontecer. Abaixo faremos referência a alguns pontos que merecem alerta.

Depois de mais de uma década se opondo aos interesses da indústria de inseticidas, o Ministério da Saúde deu seu apoio à Lei que autorizou que aviões pulverizassem inseticidas sobre as cidades. Uma medida que não resolve o problema do mosquito transmissor da dengue e do zika e que coloca em risco a saúde da população porque atingirá outros alvos além do mosquito, como residências, escolas, creches, hospitais, lagos e centrais de fornecimento de água para consumo humano.

Com relação aos direitos reprodutivos das mulheres o Ministro da Saúde ilegítimo declarou que quer que as igrejas participem do debate sobre a política de planejamento familiar e acerca da assistência no SUS aos casos de aborto previstos na lei. Além disso, se discute no governo a necessidade de a vítima de estupro ter de ir à delegacia antes de fazer a contracepção de emergência.

No campo da saúde mental, declarações do Ministério da Saúde e do Ministério de Desenvolvimento Social apontam para um retrocesso histórico na política de saúde mental com o retorno do financiamento dos manicômios e com o desmonte da política de redução de danos, vista por este governo de modo preconceituoso e atrasado como indutora do consumo de drogas.

A expansão das políticas públicas *Estratégia de Saúde da Família*, da *Atenção Domiciliar*, da *Saúde Bucal*, do *SAMU* e das *Unidades de Pronto Atendimento (UPAS)* já está suspensa para todas elas.



Conclusão

Em nome da riqueza de 1%, que lucra com a doença dos outros, o Governo do Golpe abandona a imensa maioria da população à sua própria sorte num mercado desregulamentado, com proteções sociais e trabalhistas mitigadas apontando para um Brasil que, em termos de projeto de nação, regride mais do que 13 anos, retrocede a antes da Constituição de 1988 e, em alguns casos, antes dos governos de Getúlio Vargas.

É necessário combater esse discurso ideológico que usa de falsos argumentos para tenta convencer as pessoas de que é melhor para elas pagar pela sua saúde. É necessário denunciar o desmonte do SUS e enfrentar o governo ilegítimo. É necessário não aceitar a retirada de nenhum direito: "nenhum direito a menos", nenhum serviço de saúde a menos, nenhum/a trabalhador/a a menos (trabalhando no SUS ou sendo atendido por ele/a). Mais do que nunca é necessário revelar os interesses por trás desse projeto e lutar pela generosa ideia de que saúde é um direito e não uma mercadoria, que todos/as devem ter acesso a ela e não só àqueles/as que podem pagar.

MOMENTO 6:
Produção de Síntese
pelos grupos

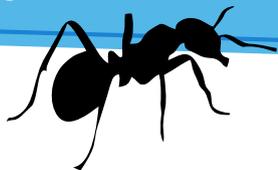


MOMENTO 7:
Avaliação



Cada participante verbaliza no grupo uma palavra ou frase síntese de avaliação sobre o Encontro.

MOMENTO 8:
A luta tem que
acontecer agora e
seguir todos os dias



Reflexões sobre ações concretas

- 1) Como denunciar o golpe na saúde e conscientizar a população?
- 2) Quais os principais desafios, diante dessa conjuntura, para nós (lideranças sociais/sindicais/populares) e o como enfrentar e lutar?
- 3) Como contribuir para a conscientização política nas eleições?

Agenda de lutas e mobilização:

Data do próximo encontro, agenda cultural e de ações em defesa da saúde pública e do SUS

Letras das canções deste Encontro

O que é, o que é? De Gonzaguinha

Álbum: **Caminhos do Coração**, Formato: LP/CD,
Gravadora: EMI-Odeon, 1982.

Eu fico
Com a pureza
Da resposta das crianças
É a vida, é bonita
E é bonita...

Viver!
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz...

Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita...

E a vida!
E a vida o que é?
Diga lá, meu irmão
Ela é a batida
De um coração
Ela é uma doce ilusão
Hê! Hô!...

E a vida
Ela é maravilha
Ou é sofrimento?
Ela é alegria
Ou lamento?
O que é? O que é?
Meu irmão...

Há quem fale
Que a vida da gente
É um nada no mundo
É uma gota, é um tempo
Que nem dá um segundo...

Há quem fale
Que é um divino
Mistério profundo
É o sopro do criador
Numa atitude repleta de amor...

Você diz que é luta e prazer
Ele diz que a vida é viver
Ela diz que melhor é morrer
Pois amada não é
E o verbo é sofrer...

Eu só sei que confio na moça
E na moça eu ponho a força da fé
Somos nós que fazemos a vida
Como der, ou puder, ou quiser...

Sempre desejada
Por mais que esteja errada
Ninguém quer a morte
Só saúde e sorte...

E a pergunta roda
E a cabeça agita
Eu fico com a pureza
Da resposta das crianças
É a vida, é bonita
E é bonita...

Encontro 3: Direito ao Transporte Público/Coletivo – Desafio da mobilidade urbana

MOMENTO 1: Acolhida



Mística de acolhida: mobilidade

Como cheguei aqui?
"Como vou embora hoje?"

MOMENTO 2: Reflexão sobre o texto



Cada um/a de nós vai ao menos utilizar a calçada para sair desse espaço, tomando diferentes rumos. Mas todas e todos nós temos o "direito de ir e vir" na cidade? Em todos os lugares e espaços? Em todos os horários? Em quais condições de "caminhabilidade"? A cidade é construída historicamente sob o signo da exclusão social, marcando no território as desigualdades, as diferenças e a diversidade. A mobilidade situa-se nesse contexto: o poder deslocar-se e o poder de deslocar-se para usufruir com acesso universal à cidade. O direito à mobilidade é uma conquista, a exemplo das "gratuidades" no transporte público, o Vale-Transporte, a acessibilidade, Bilhete Único, Ecofrota, corredores e faixas exclusivas de ônibus, ciclovias, transporte escolar urbano e rural gratuito, entre outros.

CLÍPE: "Transporte Público", de Rincon Sapiência.¹

MOMENTO 3: Partindo da Prática: as condições e desafios da mobilidade no local em que vivemos



QUESTÃO: Qual é, em sua opinião, o principal desafio da mobilidade?

Qual o "desafio central" da mobilidade, de consenso do grupo?

¹ Transporte Público. Abril 2013. Clipe. (4:06) Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/RinconSapi%C3%Aancia>> Acesso: 19/08/2016.



Você sabia?

1) Tarifa Zero: a quem interessa?

A pesquisa feita pela Associação de Empresas de Transportes² perguntou a 100 economistas, gestores/as municipais, estaduais e federais, obtendo rejeição de 85% à Tarifa Zero. A mesma pergunta feita a 224 deputados/as e 25 senadores/as, de 27 partidos diferentes teve o seguinte resultado:

Tarifa Zero - Deputados/as e Senadores/as



Quanto à origem dos recursos para financiamento do transporte coletivo, 47,5% dos/as parlamentares defendem que os recursos venham dos orçamentos públicos e 33% dos/as especialistas e gestores que venham dos usuários/as de carro.



Foto: Paulo Pinto/Fotos Públicas (08/01/2016)

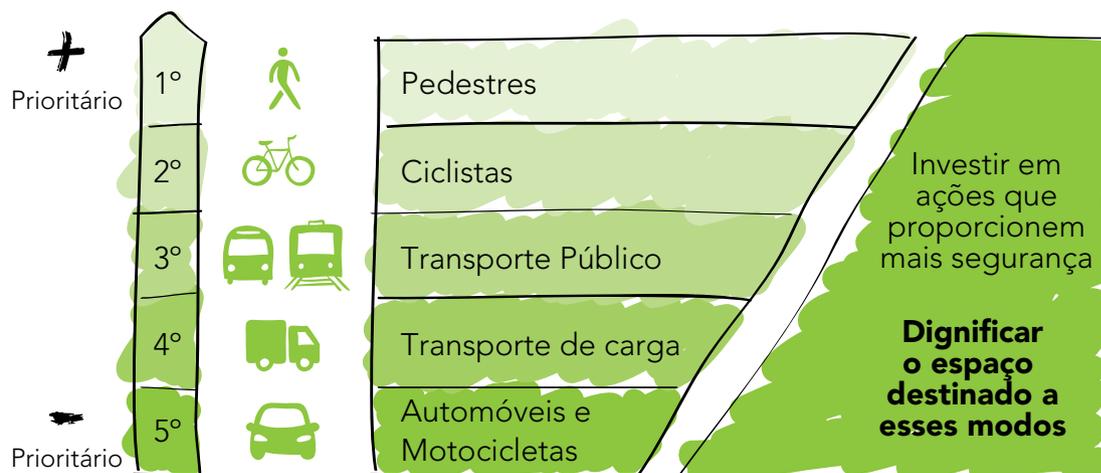


Foto: Tomaz Silva/Fotos Públicas (26/01/2016)

² Fonte: Tarifa zero no transporte público tem rejeição no Congresso, mostra pesquisa. Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/noticias/9888/tarifa-zero-no-transporte-publico-tem-rejeicao-no-congresso-mostra-pesquisa.html>> Acesso: em 24/8/2016. Pesquisa feita pela Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU), divulgada dia 23/8; Gráfico: elaboração SNF.

2) Mobilidade Urbana: quem é prioridade?

Estabelecer a prioridade dos atores



3) Mobilidade Urbana: a redução da velocidade reduz as mortes no trânsito? Uma campanha não só da ONU...

REDUÇÃO DO LIMITE DE VELOCIDADE

PROGRAMA PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES NO TRÂNSITO DA ONU



DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO 2011-2020

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU
Governos de todo o mundo se comprometem a tomar novas medidas para prevenir os acidentes no trânsito

MORTES ACIDENTES DE TRÂNSITO EM 178 PAÍSES
Em 2009 – 1,3 milhão

Perspectiva
Para 2020 – 1,9 milhão de mortes

SE NADA FOSSE FEITO

Meta para o Brasil
Reduzir o índice de mortes por habitantes em **50% até 2020**





Leitura conjunta dos textos:

Texto 1: LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012³

Seção II: Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, da Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Seção II

Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana

Art. 5º A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada nos seguintes princípios:

- I - acessibilidade universal;
- II - desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;
- III - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;
- IV - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;
- V - gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- VI - segurança nos deslocamentos das pessoas;
- VII - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;
- VIII - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; e
- IX - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes:

³ Seção II: Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, da Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

I - integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos;

II - prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;

III - integração entre os modos e serviços de transporte urbano;

IV - mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;

V - incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;

VI - priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado; e

VII - integração entre as cidades gêmeas localizadas na faixa de fronteira com outros países sobre a linha divisória internacional.

Art. 7º A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos:



Foto: Roberto Parizotti/CUT (26/06/2015)



- I - reduzir as desigualdades e promover a inclusão social;
- II - promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;
- III - proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades; e
- V - consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.

Texto 2: A REFORMA URBANA⁴

Resolução do 12º CONCURTO (2015), p. 23-24.

Considerando que é nas cidades que vive a maioria da população do planeta, e que no Brasil e no mundo a urbanização acelerada e a exclusão econômica produziram cidades com profunda degradação espacial, ambiental e social, dando origem, assim, à chamada crise urbana, cujo cordário é a violência e a segurança, expressões máximas da barbárie capitalista no cotidiano das cidades; e na busca de uma cidade para se viver na construção de uma sociedade democrática e socialista, entendemos que a construção de uma cidade deve ser:

- economicamente sustentável;
- fisicamente organizada;
- socialista e justa;
- institucionalmente democrática e participativa.

Cidades fisicamente organizadas significam ter como objetivo facilitar a reprodução da vida em sociedade e não a mera reprodução do capital e do fluxo de mercadoria. Valorizar a convivência nos espaços públicos; privilegiar a circulação do transporte coletivo no lugar do individual; impor limites urbanísticos à instalação de megaempreendimentos com potencial predatório sobre os pequenos e médios negócios tradicionalmente instalados

4 "A Reforma Urbana", das "Resoluções do 12º CONCURTO", 2015, p. 23-24.



Foto: Fabio Arantes/Fotos Públicas (03/02/2016)

- privilegiando no espaço urbano a existência de equipamentos fundamentais de acesso à saúde, educação, ao esporte e ao lazer.

A ênfase para isso deve ser na radicalização da democracia como valor estratégico da cidade. O orçamento participativo, os conselhos municipais ou setoriais, além de outras formas de participação popular, são instrumentos que superam a democracia representativa do Estado Liberal, em direção aos mecanismos de democracia mais amplos e diretos. Nesses espaços de democracia participativa e direta é possível discutir e deliberar sobre temas que tanto afligem aos cidadãos/as como: mobilidade urbana; a falta de moradia adequada para os/as trabalhadores/as; a falta de saneamento; o baixo acesso a bens culturais e de lazer; a centralização de comércios e serviços. Por isso deve se ter a centralidade nesses instrumentos de radicalização da democracia.

VÍDEO: A EVOLUÇÃO DO TRANSPORTE⁵

Questões para debate

- 1) Como os governos (federal, estadual e municipal) enfrentam os desafios da mobilidade? Há diferenças? Há avanços, retrocessos?
- 2) O Direito ao transporte como um direito social está sendo negado na atual conjuntura de golpe? Por quê?

5 Vídeo: A Evolução dos Transportes. (3:18). Prefeitura de São Paulo – Transportes. Direção Geral: Elvio Cavalcante. MADFX. <<https://www.youtube.com/watch?v=nGG3rQeZhkY>> Acesso: 18/08/2016.

- 3) Na cidade de São Paulo tivemos importantes mudanças na política de mobilidade urbana, como você avalia estas mudanças? Cite as principais.
- 4) Quais são os princípios e diretrizes para a nossa prática?

MOMENTO 5: Construindo a Prática transformadora



Quais as propostas de intervenção desse coletivo Formigueiro na realidade?

Sistematização Coletiva

- 1) Quais as ações concretas que podemos desenvolver?
- 2) Qual nossa agenda de ação entre este 3º encontro e o próximo (4º Encontro)

MOMENTO 6: Avaliação e Encerramento



Participantes avaliam suas impressões sobre o Encontro.

Encerramento: Música "Trem das Onze"



Foto: Fernando Stankuns (09/2009)

Letras das Canções deste encontro

Transporte Público⁶

Compositor: Rincon Sapiência

[Verso 1]

Periferianos, distantes estamos
Eles querem manos, minas, longe do plano
Acesso buscamos, nos mobilizamos
Rapidez precisamos, uma taxa pagamos

Para ter busão, lotação, metrô
Fura fila, teve quem votou, mas não rolou
Povo paga caro, ganha pouco, prejuízo
Uma saída para se locomover é preciso

Ligeiro, sagaz, esperto, cauteloso
Atencioso, me passo por um idoso
Momento precioso, na fiscalização
Nem me viu, saio vazado na multidão

Embarco no vagão, tranquilo, na moral
A viagem é coletiva, mas também é pessoal
Cada um busca uma forma de manter o astral
Ouvindo um som, bolando ideia, lendo jornal

Horário de pico, metrô lotado, passando mal
Trabalhador no veneno bem antes do serviçal
Para o pobre, dificuldade é a real
A liberdade dos carros correndo na Radial

Quem não pode, faz um investimento mensal
Uma cota considerável quando soma o total
Quem não se move, fica maluco, esse é o final
Se não pagar transporte vai pagar pelo Gardenal

[Refrão]

Lotação, metrô, busão, trem, carona

⁶ Transporte Público. Abril 2013. Clipe. (4:06) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=giWlmdOXAU>> Acesso 17/09/2016.



[Verso 2]

Em cada vagão, vários bairros estão, mover
Aglomeração não é difícil de se ver
Toda multidão precisa embarcar, fazer o que?
Sem reclamar, o culpado não tá no rolê

O desentendimento, nesse momento tem
Esbarrei, foi mal, normal, me empurraram também
Que culpa tenho? Vou debater com alguém
Que tá na mema que eu, vai veno, veja bem
Muito pior é no trem, o risco não é blefe
Vendedor ambulante atento com os Pf
Discurso de criança comove, conquista
Levada boa na embolada do bom repentista

Trabalhador se arrisca, se não vacilo cisca
O lucro se transfere na mão de quem confisca
Quem depende de longos itinerários
Se perde no horário, o sistema é precário

Busão lotado eu vi, se pendura e vai embora
Vai cair quem não segura, ninguém quer ficar de fora
Inimigo das horas, atrasos, atalhos
Perifa vive longe do seu local de trabalho

Na greve tudo pára, povo fica de cara
Patrão não entende, toda raiva ele dispara
Nem se compara, com a vida do burguês
A gente corre dobrado, é bem mais fácil pra vocês

[Refrão]

Trem das Onze⁷

Demônios da Garoa

Compositor: Adoniram Barbosa

Demônios da Garoa Interpretam Adoniram Barbosa

Quais, quais, quais, quais, quais, quais,
Quaiscalingudum
Quaiscalingudum
Quaiscalingudum

Não posso ficar
Nem mais um minuto com você
Sinto muito amor
Mas não pode ser.
Moro em Jaçanã,
Se eu perder esse trem,
Que sai agora às onze horas,
Só amanhã de manhã.

Não posso ficar,
Nem mais um minuto com você,
Sinto muito amor,
Mas não pode ser.
Moro em Jaçanã,
Se eu perder esse trem,
Que sai agora às onze horas,
Só amanhã de manhã.

E, além disso, mulher,
Tem outra coisa,
Minha mãe não dorme
Enquanto eu não chegar.
Sou filho único,
Tenho minha casa pra olhar.

7 Trem das Onze. Gravadora Chantecler (CMG 2294), 1964 [LP, Album, Vinil].
Clipe, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2VN08I-IW6o>> Acesso:
18/08/2016

Eu não posso ficar.
Não posso ficar,
Nem mais um minuto com você,
Sinto muito amor
Mas não pode ser.
Moro em Jaçanã,
Se eu perder esse trem,
Que sai agora às onze horas,
Só amanhã de manhã.

E, além disso, mulher,
Tem outra coisa,
Minha mãe não dorme,
Enquanto eu não chegar.
Sou filho único,
Tenho minha casa pra olhar.
Quais, quais, quais, quais, quais, quais,
Quaiscalingudum
Quaiscalingudum
Quaiscalingudum

Quais, quais, quais, quais, quais, quais,
Quaiscalingudum
Quaiscalingudum
Quaiscalingudum

Encontro 4: Direito à Moradia Esse é o meu lugar



Formação de círculo, assinatura da lista de presença, renovação do 'Com Trato'

Clipe: "Alagados", de Paralamas do Sucesso¹

Reflexão: "Esse é o meu lugar"
Como é o seu lugar, o seu lar?

Leitura e reflexão:

"O tipo de cidade em que queremos viver está ligado ao tipo de pessoas que queremos ser" (David Harvey)²

Será que podemos dizer que nossa Casa é o nosso lugar? E o bairro e a Cidade? O lugar que nós nascemos marca a construção da identidade e o espaço que ocupamos na Cidade. São espaços de contradições de classe, de violência e conflitos. São espaços de transporte, comércio, trabalho, estudo, lazer e entretenimento. São espaços de cultura, de criação de relações, em constante transformação. O que tem a ver com a gente? E o que nada temos em comum com o lugar que vivemos? Quais os direitos e acessos que nos são negados pelo Capital e pelo Estado?

E a Casa que sonhamos (a Utopia), a Cidade que desejamos? Como seria conceber e construir esse nosso lugar, com a criação e garantia de direitos, com acesso universal – "inclusão" de todos e de todas – à Cidade?

Aprofundemos esse debate, a partir da nossa prática.

1 "Alagados", de Paralamas do Sucesso. Felipe De Nobrega B. Ribeiro, Joao Alberto Barone Silva, Herbert Viana. (2:29). CD Paralamas do Sucesso - Vamo Batê Lata. Gravadora: EMI, 1995.Clipe, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cfi9K97ulmE>> Acesso: 16/08/2016.

2 Primera parte de la entrevista radiofónica realizada por Vince Emanuele a David Harvey con motivo de la publicación de su reciente libro 'Rebel Cities'. Disponível em: <<https://www.diagonalperiodico.net/global/tipo-ciudad-queremos-vivir-esta-ligado-al-tipo-personas-queremos-ser.html>> Acesso: 16/08/2016.



MOMENTO 2: Partindo da Prática: o direito à moradia na história do Brasil.



Construção do mapeamento coletivo

O grupo desenha um mapa do bairro/região, identificando: casas dos/as participantes, sujeitos invisibilizados, diferentes condições de habitação, equipamentos públicos, cursos d'água e saneamento, vias de acesso, etc.

Debate sobre o mapa coletivo:

O que precisa ser modificado?

Quais as demandas de novos equipamentos e infraestrutura para a comunidade?

Se pudermos melhorar alguma coisa no Bairro/Região, o que mudaríamos?

Como podemos mudar/melhorar nosso território?

MOMENTO 3: Reflexão sobre a Prática

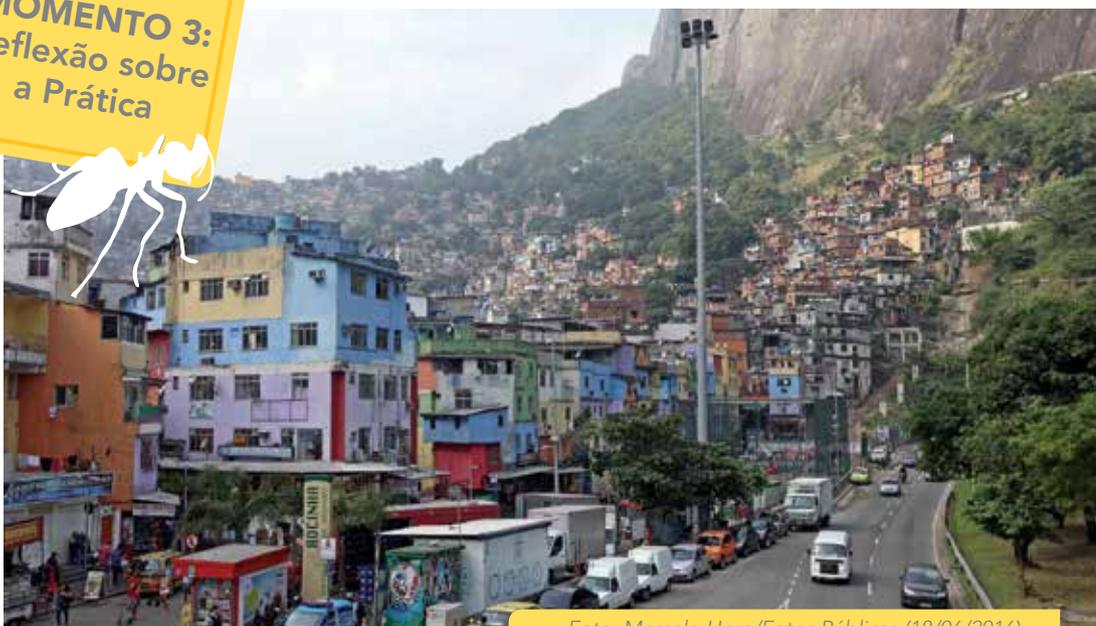


Foto: Marcelo Horn/Fotos Públicas (18/06/2016)



Frase motivadora:

“um país com os recursos de que dispõe o Brasil não pode admitir que milhões de famílias morem em condições precárias de habitação e infraestrutura, como em favelas e cortiços” (Diretriz do Projeto Moradia, do Instituto Cidadania).

Leitura:

Políticas Habitacionais: o que tínhamos, o que conquistamos e o que podemos perder? Avanços na questão urbana desde a redemocratização

A Constituição Federal de 1988 inseriu de forma inédita a questão urbana na legislação, *“que desencadeou avanços históricos com a Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, a Medida Provisória 2.220, também de 2001, que dispõe sobre a concessão especial de uso para fins de moradia. Assim como, a institucionalização do marco regulatório das políticas nacionais de mobilidade urbana (Lei nº 12.587/2012); saneamento ambiental (Lei nº 11.445/2007); e resíduos sólidos (Lei nº 12.305/2010)”*³.

Principais resultados e impactos das ações habitacionais realizadas pelo Ministério das Cidades nos 13 anos dos governos de Lula e Dilma

A criação do Ministério das Cidades em 2003 pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva *“constituiu um fato inovador nas políticas urbanas, na medida em que superou o recorte setorial da habitação, do planejamento e ordenamento territorial, do saneamento e dos transportes (mobilidade urbana) e para integrá-los levando em consideração a cidadania, a qualidade de vida e o direito à cidade”*. Além disso, foram levadas em conta *“experiências municipais inovadoras ao longo da década de 90, decorrentes do processo de democratização e de descentralização. Estes são os fundamentos para os programas habitacionais de larga escala hoje implementados pelo Ministério das Cidades”*⁴.

São dois grandes programas em larga escala: PAC – Urbanização de Favelas, e o MCMV- Minha Casa Minha Vida (Lei 11.977, de 2009). Juntamente com isso, foi criado o Conselho Nacional das Cidades e as Conferências das Cidades (municipais e setoriais).

Em 2005, foi criado o **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social** (SNHIS) e o **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social** (FNHIS) e, em 2008, o **Plano Nacional de Habitação** que estabelece as diretrizes da política habitacional e sua integração com a política urbana. Todas essas propostas que geraram políticas públicas habitacionais foram feitas de forma participativa, objetivando a construção de consensos e estratégias de longo prazo, priorizando os segmentos de baixa renda.

Os investimentos na política urbana somam R\$ 28,6 bilhões, mais de 90% destinados às famílias com renda menor do que três salários-mínimos. Desde o lançamento do *Minha Casa Minha Vida* em 2009 de acordo com a ex-ministra do Ministério das cidades: foram 4,25 milhões de unidades habitacionais

3 Cartilha: Quem muda a cidade somos nós. 5ª Conferência Nacional das Cidades

4 Entrevista <<http://www.revistaforum.com.br/2016/05/13/minha-casa-minha-vida-em-risco/>> Acesso: 16/08/2016



contratadas. Ao final da terceira etapa do MCMV, serão 5,75 milhões de unidades contratadas que beneficiarão cerca de 23 milhões de pessoas. Hoje, mais de 10 milhões de pessoas residem em uma moradia proveniente do programa. O MCMV já está presente em mais de 5.300 municípios. Isso significa que famílias de baixa renda que vivem em mais de 96% dos municípios brasileiros contam com moradias do programa. Para cada oito pessoas no país, uma será beneficiária do programa. Em entrevista à revista Fórum, a ex-ministra das Cidades Inês Magalhães ressaltou que grande parte dos benefícios destinados a faixa 1 do programa (69%) foi destinada às famílias cuja renda não ultrapassa R\$ 1.800,00 mensais, mostrando que o programa responde aos desafios do déficit habitacional existente no país. *“É muita gente com o seu direito à moradia digna assegurado a partir de uma política pública. Este é um resultado que muda a vida das pessoas para muito melhor!”*⁵

As ações foram muito além do direito à moradia, compreendendo: mobilidade, regularização fundiária, medidas ambientais e construção de equipamentos sociais (bibliotecas, creches, quadras esportivas, praças, etc.). Toda essa política tem como finalidade resgatar as famílias em situação de *vulnerabilidade*, ou seja, que vivem historicamente sujeitas ao risco pessoal, social e ambiental.

O resultado dos investimentos públicos para o acesso à moradia digna, fruto da luta dos movimentos sociais pode ser observado no quadro da página seguinte:

5 Entrevista disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/05/13/minha-casa-minha-vida-em-risco/>> Acesso: 16/08/2016.



Foto: Tasso Marcelo/ Fotos Públicas (29/04/2015)

Quadro: Avanços na Política Habitacional e Urbana x Atuação dos Movimentos de Moradia e Reforma Urbana⁶

PERÍODO	AVANÇOS NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA E DE REFORMA URBANA
1985-1994 Nova República Sarney (1985-1989 PDS-PMDB) Collor (1990-1992 - PRTB) Itamar (1993-1994 -PRN- PMDB)	- Emenda popular de Reforma Urbana (1987) e Capítulo Política Urbana na Constituição Federal (1988).	- Formulação de Proposta de Emenda popular de Reforma Urbana (1987)/ Lobby no Congresso, Caravana à Brasília.
	- 1ª Iniciativa popular de projeto de lei do Fundo Nacional de Moradia Popular/FNMP (1991).	- Formulação da proposta e 4ª Caravana à Brasília (1991)/ Lobby no Congresso, Marcha da Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade, Jornadas Nacionais de Luta pela Moradia Popular.
1995-2002 Governo FHC(PSDB)	- Introdução do direito à moradia como um direito social (art. 6º) na Constituição Federal (2000).	- Formulação de proposta de Emenda popular de Reforma Urbana (1987)/ Lobby no Congresso, Caravana à Brasília.
	- Aprovação do Estatuto da Cidade (2001).	- Formulação de proposta/Lobby no Congresso.
2003-2010 Governo Lula (PT)	- Criação do Ministério das Cidades (2003), das Conferências das Cidades (2003) e do Conselho das Cidades/ConCidades (2004).	- Participação de membros dos movimentos na Formulação do Projeto Moradia com proposta de conferências e conselho/ Atuação nas eleições – Plataforma da Reforma urbana e do Direito à Cidade.
	- Aprovação da Política Nacional da Habitação (2004) no ConCidades.	- Participação no Conselho das Cidades e na formulação da proposta do Projeto Moradia, onde foram definidas diretrizes para a PNH.
	- Criação do Programa Crédito Solidário (2004), voltado para a Autogestão (Resolução 93/2004 do CCFDS).	- Atuação no Conselho das Cidades, Marcha da Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade (2005).
	Aprovação da Lei do Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2005) e sua regulamentação através do decreto 5.796/2006.	- Formulação de proposta: primeira lei de iniciativa popular/ Lobby no Congresso, Caravanas, Marcha da Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade (2005), Audiência com Ministros e Presidência da República, Atuação do FNRU na Conferência e no Conselho das Cidades (2005).

6 Ferreira, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/artigo_reginaferreira_isa.pdf> Acesso: 16/08/2016.



	- Campanha Nacional dos Planos Diretores Participativos, PDP's (2006)	- Atuação no Conselho das Cidades, nos Núcleos da Campanha dos PDP's por todos os estados.
	- Aprovação da Lei 11.447/2007 que estabeleceu a Política Nacional de Saneamento Ambiental (2007).	- Atuação da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, em parceria com o FNRU. - Atuação no Conselho das Cidades, Lobby no Congresso, Jornadas de Luta pela Reforma Urbana, Audiências com Ministro das Cidades, com a Secretaria Geral da Presidência (SGP).
	- Aprovação da Lei 11.578/2007 que incluiu o acesso de entidades sem fins lucrativos (cooperativas e associações autogestionárias) aos recursos do FNHIS	- Atuação no Conselho das Cidades. Marchas, Jornadas, Audiências com Ministros, Casa Civil e SGP.
	- PAC Urbanização de Assentamentos Precários (2007)	- Atuação no Conselho das Cidades.
	- Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (2008)	- Atuação no Conselho das Cidades, Jornada da Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade.
	- Plano Nacional de Habitação/PLANHAB (2008)	- Atuação no Conselho das Cidades, participação nos seminários do PLANHAB.
	- Aprovação da Lei 11.888/2008 que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (2008)	- Lobby no Congresso, atuação no Conselho das Cidades.
	- Aprovação da Lei 11.977/09 que cria o Programa Minha Casa Minha Vida e simplifica os processos de regularização fundiária de interesse social (2009)	- Atuação no Conselho das Cidades.
	- Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, (2009)	- Atuação no Conselho das Cidades, Audiências com Ministros, SGP e Casa Civil.
	- Programa Minha Casa Minha Vida Entidades 2, previsto na Lei 12.424/2011, que altera a lei 11.977/09 (2011)	- Atuação no Conselho das Cidades, audiências com SGP.
2011 – Atual Governo Dilma (PT)	- Aprovação da Lei 12.587/2012 que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana (2012)	- Atuação no Conselho das Cidades e no Congresso.

3. O golpe e as ameaças concretas ao direito à moradia

Não é preocupação do atual governo ilegítimo de Temer, que determina medidas para negar o Direito à Cidade e o direito à moradia, anunciando cortes em todos os programas sociais, inclusive no *Minha Casa Minha Vida*. O governo ilegítimo de Temer prioriza o mercado e não os cidadãos brasileiros, especialmente os de baixa renda, antes invisíveis ao Estado.

Com a permanência do governo golpista, conservador, *“a política urbana deve ser progressivamente transformada em relações de mercado, no qual ganha quem tem maior poder para impor os lucros e os custos da ação do poder público”*, pondera Orlando Santos. Assim, a construção de cidades mais equitativas, inclusivas, integradas e sustentáveis deixa de ser premissa das políticas públicas garantidoras de direitos constitucionais, como o direito à moradia digna e decente. Na concepção mercadológica, as políticas não são desenvolvidas para atender o interesse da população, que sequer é consultada. No contexto de ruptura democrática a participação funda-se *“no reconhecimento dos agentes como clientes-consumidores, portadores de interesses privados, impedindo a construção de uma esfera pública que seja a expressão do interesse coletivo. A cidade deixa de ser tratada como totalidade e a noção de cidadania perde sua conexão com a ideia de universalidade.”*⁷

Para impedirmos o retrocesso, precisamos fortalecer a atuação dos movimentos sociais na luta pela moradia que são criminalizados por parte da mídia, do judiciário e de gestores públicos.

MOMENTO 4: Construindo a Prática transformadora

Quais as propostas de intervenção desse coletivo Formigueiro na realidade, em relação ao direito à moradia?

⁷ Junior, Orlando Alves dos Santos. O golpe político e a inflexão conservadora na política urbana. Série Especial – O Direito à Cidade em Tempos de Crise. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3227>>. Acesso 01/08/2016.

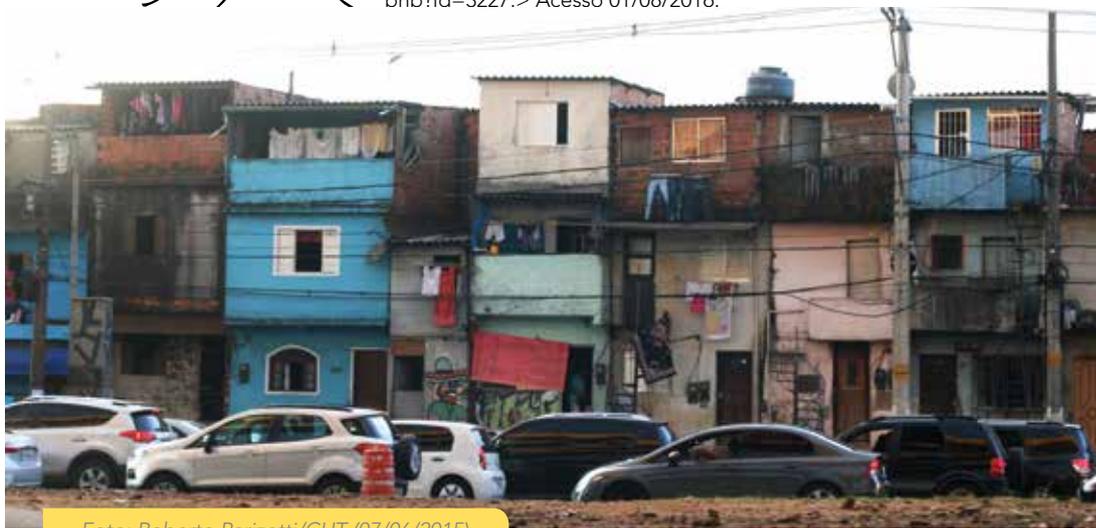


Foto: Roberto Parizotti/CUT (07/06/2015)





Para refletir:

“As formigas, em um formigueiro, executam tarefas coletivas e tomam decisões que requerem um alto grau de coordenação tais como: a construção do formigueiro, a alimentação da ninhada, o armazenamento e busca de alimento e assim por diante. (...) as formigas descobrem de forma coletiva qual o menor caminho que separa o formigueiro de uma fonte de alimento”⁸.

Para que a utopia seja possível, é necessário traduzi-la através de projetos e programas concretos de ação. Esses programas começam por uma análise meticulosa (dos/as militantes, dos/as peritos, dos/as cientistas críticos/as, etc.) das circunstâncias reais, objetivos que constituem o contexto da próxima ação possível. Aqui, novamente, é a comunidade democrática das vítimas que, de modo discursivo, simétrico e participativo, fará essa análise e programará as etapas do processo⁹.

Sistematização Coletiva

- 1) Quais as ações concretas que podemos desenvolver?
- 2) Quais são os princípios e diretrizes para a nossa luta e resistência pelo direito à moradia digna, no contexto do acesso Universal à Cidade?
- 3) Qual será nossa agenda de ação?



MOMENTO 5: Avaliação e Encerramento

Compromisso para a Estação Verão do Formigueiro

Encerramento: Música “Comida” (Titãs)¹⁰

8 Ranzan, Cassiano. Desenvolvimento de modelos quimiométricos utilizando o algoritmo de otimização colônia de formigas. 2014. 150 f. Tese. (Doutorado em Engenharia Química) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/101212>> Acesso: 16/08/2016.

9 DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 564.

10 Comida (Titãs) “Comida”. CD Titãs – Jesus não tem dente no país dos banguelas. Gravadora: WEA, 1987. Clipe, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W5TI7iLvHC4>> Acesso: 16/08/2016.

Letras de Música deste Encontro

Alagados¹¹ Paralamas do Sucesso

Todo dia
O sol da manhã vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo quem já não queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia

E a cidade
Que tem braços abertos num cartão-postal
Com os punhos fechados da vida real
Lhes nega oportunidades
Mostra a face dura do mal

Alagados, Trenchtown, Favela da Maré
A esperança não vem do mar
Nem das antenas de tevê
A arte é de viver da fé
Só não se sabe fé em quê

11 "Alagados", de Paralamas do Sucesso. Felipe De Nobrega B. Ribeiro, Joao Alberto Barone Silva, Herbert Vianna. (2:29). CD Paralamas do Sucesso - Vamo Batê Lata. Gravadora: EMI, 1995. Clipe, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cfi9K97ulmE>> Acesso 16/08/2016.



Comida¹²

Titãs

Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?...

A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...

A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...

Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?...

A gente não quer só comer
A gente quer comer
E quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer
Prá aliviar a dor...

A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade...

Bebida é água!
Comida é pasto!

Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?...

A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...

A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...

A gente não quer só comer
A gente quer comer
E quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer
Pra aliviar a dor...

A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade...

Diversão e arte
Para qualquer parte
Diversão, balé
Como a vida quer
Desejo, necessidade, vontade
Necessidade, desejo, eh!
Necessidade, vontade, eh!
Necessidade...

12 Comida (Titãs) "Comida". CD Titãs – Jesus não tem dente no país dos banguelas. Gravadora: WEA, 1987. Clipe, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W5TI7iLvHC4>>

SAIBA MAIS: MÍDIAS LIVRES



No Brasil, cinco dos maiores conglomerados da grande mídia controlam 99% das notícias que circulam nos meios de comunicação sobre política, economia, sociedade etc. Será que eles têm interesse em divulgar pautas que afetam diretamente à classe trabalhadora?

Destacamos alguns veículos que tem compromisso com o jornalismo cidadão e com os interesses da classe trabalhadora.

Central Única dos Trabalhadores
www.cut.org.br

TV dos Trabalhadores
www.tvt.org.br

Rede Brasil Atual
www.redebrasilatual.com.br

Movimento dos Trabalhadores
Rurais sem Terra
www.mst.org.br

União Nacional dos Estudantes
www.une.org.br

Mídia Ninja
ninja.oximity.com

Agência Pública
www.apublica.org

Le Monde Diplomatique Brasil
www.diplomatique.org.br

Revista Fórum
www.revistaforum.com.br

Brasil Debate
brasildebate.com.br

Revista Carta Capital
www.cartacapital.com.br

Carta Maior
www.cartamaior.com.br

Sul 21
www.sul21.com.br

Brasil da Mudança
www.brasildamudanca.com.br

Opera Mundi
operamundi.uol.com.br

Centro de Estudos da Mídia
Alternativa Barão de Itararé
www.baraodeitarare.org.br

Brasil de Fato
www.brasildefato.com.br

Jornalistas Livres
jornalistaslivres.org

The Intercept Brasil
theintercept.com/brasil

Blog do Rovai
www.revistaforum.com.br/blogdorovai

O Escrevinhador
www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/37912

Blog Maria Frô
www.revistaforum.com.br/mariafro

Viomundo
www.viomundo.com.br

Vermelho
www.vermelho.org.br

Marcelo Auler
www.marceloauler.com.br/blogosfera

Outras Palavras
outraspalavras.net

Geledés
www.geledes.org.br

Blog do Sakamoto
blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br

Luis Nassif – Jornal GGN
jornalggm.com.br/luisnassif

Balaio do Kotscho
noticias.r7.com/blogs/ricardo-kotscho

Tijolaço
www.tijolaco.com.br/blog

Conversa afiada
www.conversaafiada.com.br

Instituto Vladimir Herzog
vladimirherzog.org

Instituto João Goulart
www.institutojoaogoulart.org.br

Direção Executiva Nacional CUT Brasil

Gestão 2015-2019

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidente

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Arioaldo de Camargo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo

Rosana Sousa Fernandes

Secretário de Comunicação

Roni Anderson Barbosa

Secretário-Adjunto de Comunicação

Admirson Medeiros Ferro Junior (Greg)

Secretário de Cultura

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretária-Adjunta de Cultura

Annyeli Damião Nascimento

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-Adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Edjane Rodrigues

Secretário de Meio Ambiente

Daniel Gaio

Secretária de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais

Janeslei Albuquerque

Secretária da Mulher Trabalhadora

Juneia Martins Batista

Secretário de Organização e Política Sindical

Ari Alorald do Nascimento

Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical

Eduardo Guterra

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Jandyra Uehara

Secretária de Relações de Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Madalena Margarida da Silva

Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador

Maria de Fátima Veloso Cunha

Diretoras e Diretores Executivos

Ângela Maria de Melo

Cláudio da Silva Gomes

Elisângela dos Santos Araújo

Francisca Trajano dos Santos

Ismael José Cesar

José de Ribamar Barroso

Juliana Salles de Carvalho

Julio Turra Filho

Juvândia Moreira Leite

Mara Feltes

Marcelo Fiorio

Maria Izabel Noronha (Bebel)

Milton dos Santos Rezende

Rogério Pantoja

Virginia Berriel

Vitor Carvalho

Conselho Fiscal - Efetivo

Adriana Maria Antunes

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Francisco Chagas (Chicão)

Jose Mandu Amorim

Conselho Fiscal - Suplentes

Amanda Corcino

Juseleno Anacleto

Nelson Morelli

Raimunda Audinete de Araújo



AGRADECIMENTOS

Hêider Pinto
Rosana Lucena
Sinpro-DF
CNTE
Rede Unida
Mobilis

EXPEDIENTE

Coordenação e Organização

Secretaria Nacional de Formação

Textos

Secretaria Nacional de Formação

Edição e Revisão

Secretaria Nacional de Comunicação

Secretaria Nacional de Formação

Projeto Gráfico e Diagramação

M.Giora Comunicação

Impressão

Bangraf

Tiragem

1.000 mil

São Paulo, setembro de 2016.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rua Caetano Pinto, 575, Brás

São Paulo-SP - CEP 03041-000

Tel.: (55 0XX 11) 2108.9200 / 9201

www.cut.org.br

Facebook: /CUTBrasil

Twitter: /cut_brasil

Youtube: /cutbrasil

Instagram: /cutbrasil

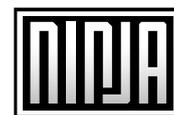
Iniciativa:



Colaboração:



Apoio:



VENHA! COLABORE!
Participe você também!!!

snf@cut.org.br

Agência Brasileira do ISBN
 ISBN 978-85-89210-59-1



9 788589 210591